

Lançada a Campanha Salarial 2003

No dia 10/4, professores e funcionários da USP, Unesp e Unicamp paralisaram suas atividades. Com significativa adesão nas três universidades, o Dia de Paralisação e Luta organizado pelo Fórum das Seis lançou a Campanha Salarial de 2003, reivindicando a reposição do poder aquisitivo

de maio de 2001 segundo o ICV-Dieese, e reajustes trimestrais a partir de maio de 2003.

A pauta contempla ainda outras nove reivindicações, entre as quais a ampliação da assistência estudantil nas três universidades e no Centro Paula Souza; a contratação em tempo integral de professores e funcionários por concurso público, para reposição e ampliação do quadro; a expansão de vagas em cursos regulares de graduação, com financiamento adicional para a manutenção da qualidade de ensino; o fim de toda perseguição política nas universidades estaduais paulistas, com a readmissão de demitidos políticos e a imediata suspensão das punições e processos contra estudantes, funcionários e organizações sindicais.

O ato de lançamento da campanha, no gramado da Reitoria da USP em São Paulo, contou com representantes das ADs, sindicatos de funcionários e DCEs das três



Ato de lançamento da Campanha Salarial, durante a paralisação de 10/4

universidades. Os participantes soltaram balões em que se liam “25% Já” e “Contra o PL9” (projeto de lei que abre espaço para a previdência privada). No total, foram 2.000 balões, simbolizando a semelhança entre as condições salariais atuais e aquelas existentes antes da greve do ano 2000. Também naquele ano, a despeito da folga orçamentária existente, o Cruesp não agendava reuniões de negociação com o Fórum das Seis.

Desrespeito

“Estamos sendo tratados pelo Cruesp com imenso desrespeito”, disse o professor Ciro Correia, presidente da Adusp e coordenador do Fórum das Seis, na abertura do ato. O Cruesp ainda não respondeu ao pedido realizado pelo Fórum das Seis em dezembro de 2002, para que fosse agendada reunião de negociação para tratar da questão salarial. “Queremos a reunião até o dia 23/4. Compete ao Cruesp

marcá-la”, explicou Ciro, referindo-se ao fato de que desde fevereiro o Fórum das Seis propôs aquela data como limite para o início das negociações (leia também texto na p. 2).

O Dia de Paralisação e Luta foi apenas a primeira ocasião de aglutinação de professores e funcionários nesta Campanha, e a possibilidade de greve está dada. “Ninguém aqui gosta de greve, ela é um desgaste, é o último recurso. Mas, se for preciso, vamos fazê-la”, afirmou Magno de Carvalho, diretor do Sintusp.

“Para fazer o Cruesp sentar na mesa e negociar, só com mobilização. Essa é a compreensão que desenvolvemos na Unicamp”, resumiu João Raimundo de Souza, do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU). “Sabemos trabalhar, mas sabemos também cobrar nossos direitos”, completou Luiz Carlos de Freitas Melo, coordenador político do Sintunesp.

Não à privatização

Além do reajuste salarial, no ato de 10/4 defendeu-se a Previdência pública, a Universidade pública, a assistência estudantil e o fim da guerra contra o Iraque. De acordo com o professor Osvaldo Coggiola, vice-presidente da Andes-SN, o que unifica esses diversos pontos, pelos quais foi convocada a paralisação, é a luta contra a privatização.

Privatização do regime de previdência, a começar pelo PL9, privatização das universidades (nas quais diminuem os recursos para pesquisa e aumentam os cursos pagos, oferecidos por fundações), privatização do petróleo e da água iraquianos. “Por que querem deixar a universidade pública sem recursos?”, perguntou Coggiola. “Para justificarem sua posição de que a universidade tem que entrar no mercado”.

Porém, no que depender dos participantes do Dia de Paralisação e Luta, não haverá privatização. “Se não permitimos que o governo FHC aprovasse o PL9, também não vamos permitir que o governo Lula aprove”, declarou Mário Luiz Alves, da Coordenação Nacional dos Servidores Públicos Federais. Jupiara Gonçalves, representante da Fasubra, também foi incisiva: “A universidade pública não foi privatizada pelos homens da direita, e não será privatizada por Lula e Cia”.

Cruesp tenta adiar início da negociação para 16/5 e Fórum reage propondo 30/4

O Cruesp divulgou amplamente, por meio do boletim "USP urgente" de 16/4, o Ofício 03/2003, de 15/4. Nele o Reitor da USP, novo presidente do órgão, apresenta proposta de calendário de reuniões para discussão do reajuste salarial de 2003, indicando a data, bastante longínqua, de 16/5 para realização da primeira reunião de negociação com o Fórum das Seis.

Após consulta às entidades, o professor **Ciro Correia**, coordenador do Fórum das Seis, enviou ofício ao presidente do Cruesp no mesmo dia 16/4, lembrando,

inicialmente, os seguintes fatos: a) que no dia 10/3 o Cruesp chegou a agendar reunião com o Fórum para o dia 20/3; b) que, porém, no dia 12/3 o Cruesp suspendeu essa mesma reunião, em vista do anúncio do Fórum de que apresentaria a pauta de reivindicações ao Cruesp em 2/4; c) que esse ofício estabelece ainda que a reunião cancelada seria agendada para depois de 10/4.

Prosseguindo, o ofício encaminhado ao professor **Adolpho Melfi**, presidente do Cruesp, destaca o fato de que a pauta de reivindicações do Fórum foi efeti-

vamente entregue no dia 2/4, e que desde fevereiro o Cruesp estava informado da disposição do Fórum de realizar até 23/4 a primeira reunião de negociação.

"Contrariamente ao bom desempenho que vem apresentando a arrecadação do Estado, nossos salários vêm sofrendo expressiva corrosão inflacionária", acrescenta o documento. "Assim, consideramos fundamental que o calendário de negociação possa dar conta da grave situação que docentes e funcionários das Universidades Estaduais Paulistas estão enfrentando".

O coordenador do Fórum

propõe, no ofício enviado ao Cruesp, que o início da negociação seja antecipado para 30/4, no máximo: "Entendemos que o dia 16/5, às vésperas do fechamento da folha de pagamento, não contempla o necessário espaço de negociação que este momento costuma exigir. Neste sentido, esforçando-nos por compatibilizar as agendas propostas por ambas as partes, propomos que se realizem até a data-limite de 30/4 tanto a reunião das 'Comissões Técnicas', quanto a primeira reunião de negociação entre o Fórum das Seis e o Cruesp."



Daniel Garcia

Cynthia Prada analisa a falácia do déficit da Previdência

Debate de 10/4 lota História

O debate sobre a Previdência realizado na manhã de 10/4, como atividade inicial do Dia de Paralisação e Luta, lotou o Auditório da História. Participaram **Cynthia Prada**, diretora do Sindifisp, e o professor **Francisco Miraglia** (IME).

Cynthia fez um histórico da Previdência no Brasil e analisou os dados oficiais, mostrando que não existe o propalado "déficit" da Previdência. Ela chamou atenção, por exemplo, para o fato de que o governo escamoteia a realidade ao indicar, como fonte de receitas da Previdência, exclusivamente as folhas salariais, pois há outras fontes definidas por lei (contribuições sobre o lucro e sobre o faturamento).

Mostrou que o governo FHC enviou memorando ao FMI em 4/9/2002, comprometendo-se a "criar fundos de aposentadoria complementar para os servidores públicos e cobrar contribuições previdenciárias dos servidores inativos", e que o atual governo, ao pretender impor o PL 9, surpreende por adotar a mesma política.

O professor Miraglia destacou a importância do funcionalismo público: "Não haverá cidadania no Brasil sem o serviço público". Ambos foram muito aplaudidos por funcionários, docentes e estudantes, que fizeram diversas perguntas e intervenções, fazendo o debate prolongar-se até o início da tarde.

Previdência e "capitalismo de fundos de pensão"

A Adusp promoveu no dia 8/4, no Auditório da História, um debate sobre a Previdência Social, como parte das atividades do Dia Nacional de Luta em Defesa da Previdência Social. Os debatedores foram o economista **Ricardo Bellofiore**, professor da Universidade de Bérnago, que falou sobre a reforma da Previdência na Europa, e o professor **Ciro Correia**, presidente da Adusp, que expôs dados sobre a Previdência brasileira.

As reformas baseadas no modelo de "capitalismo de fundos de pensão" foram o foco da exposição de Bellofiore. O tema é oportuno devido ao PL 9, que está no Congresso Nacional e institui teto para os servidores públicos igual ao do INSS, além de regulamentar a implantação de fundos de pensão para quem quiser aposentadoria acima deste teto.

Para o professor italiano, as reformas que abriram es-

paço para fundos de pensão na Itália, França e Alemanha visaram "modernizar" a economia destes países com base em um modelo norte-americano. Os fundos, que funcionam pelo sistema de capitalização, representam para Bellofiore uma "decomposição das classes sociais": "O bem-estar do trabalhador dependerá cada vez mais do mercado financeiro."

Na sua exposição sobre os dados da Previdência brasileira, o presidente da Adusp contestou as conclusões apresentadas pelo ministro **Ricardo Berzoini**, no documento "Diagnóstico do Sistema Previdenciário no Brasil", disponível no sítio www.mpas.gov.br. O professor **Ciro Correia** questionou o conceito apresentado pelo governo de déficit da Previdência, que ignora os recursos desviados da Seguridade Social (que inclui a Previdência) para outros fins, entre os quais o pagamento de juros da dívida.

Avaliar para quê?

Avaliando as políticas de avaliação educacional

Esse foi o tema do seminário promovido pelo Inep/MEC (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) nos dias 7 e 8/4, o qual contou, entre os seus 850 participantes, com a presença de quatro membros do GT Educação da Adusp. O público era bastante representativo da sociedade civil envolvida com educação, pública e privada, nos seus diferentes níveis e modalidades. Vários outros colegas de universidades públicas, inclusive da USP, representando instituições e organizações acadêmicas, administrativas, científicas e sindicais, lá estiveram, além de estudantes e funcionários técnico-administrativos.

O Inep recebeu elogios, tanto por componentes das mesas redondas quanto por parte do público, pela organização do seminário, o qual centrou a discussão da avaliação educacional em seus fundamentos teóricos,

finalidades, modelos e conseqüências. A primeira das quatro mesas redondas do seminário tinha por título "Um olhar panorâmico sobre as políticas de avaliação da educação no Brasil" e as outras três analisaram a avaliação dos níveis fundamental, médio e superior.

Em contraposição à política de controle do produto final (exames de fim de curso), adotada prevalentemente pelo MEC nos últimos anos, o seminário se colocou claramente favorável à avaliação do processo educacional (avaliações institucionais internas e externas), visando diagnóstico e mudança. Em particular, na mesa redonda sobre avaliação da educação superior, coordenada por Carlos Antunes (SESu/MEC), o Provão foi descaracterizado como instrumento confiável de avaliação, sendo lembrado o projeto institucional do começo dos anos 90, PAIUB, por pelo menos dois

dos cinco integrantes da mesa. Quanto à intervenção do público, com presença marcante de representantes do setor privado, houve apenas uma voz em defesa da continuidade do Provão, que, em geral, foi considerado não mais do que um "instantâneo desfocado" do produto educacional.

Preocupações

O presidente do Inep, Otaviano Helene, ressaltou, na abertura do seminário, alguns aspectos preocupantes da educação no país, também em comparação ao panorama internacional, destacando o baixo nível de financiamento e de escolarização, afirmando que a universalização do ensino fundamental só pode ser referida quando a totalidade dos jovens concluírem a última série desse nível, o que em 2001 só foi alcançado por 59% destes.

Salientou, ainda, o número extremamente baixo

de universitários no país, situação essa agravada pela prevalência do setor privado. Pontuou, também que, no caso dos exames de final de curso a atitude do aluno frente à prova influi no resultado, tornando esses instrumentos não válidos para diagnóstico. Otaviano, retomando o ideário original do Inep, afirmou que partindo do diagnóstico há necessidade de serem projetadas soluções que seriam oferecidas ao legislativo, ao executivo e à sociedade para crítica e implementação.

No encerramento, o presidente do Inep destacou que o conteúdo das discussões ocorridas durante as diferentes mesas subsidiará o aprofundamento de estudos sobre avaliação por parte da equipe do Instituto, e também indicou a idéia da criação de dois conselhos de avaliação, respectivamente, da educação básica e da educação superior.

USP na Zona Leste da Capital

Motivado pelo projeto USP da Zona Leste da capital de São Paulo, foi realizado em Itaquera, em 12/4, um seminário com o título acima, promovido pela Subprefeitura de Itaquera. O seminário foi dividido em duas mesas redondas:

1. Qualidade de Ensino e Acesso à Universidade, que contou com representantes do DCE da USP, do GT Educação/Adusp, do Movimento dos Sem Educação e do Núcleo Caifazes (de jovens da região);
2. Função Social da Universidade, que contou

com representantes das secretarias do Meio Ambiente do Município e do Estado, da Comissão para a Implantação da USP na Zona Leste e do Instituto Florestan Fernandes.

O seminário reuniu cerca de 200 pessoas representativas dos mais variados movimentos e entidades da região. O seminário não foi bem organizado, pois a divisão das mesas foi tal que não esclareceu a motivação e o conteúdo previsto para os cursos iniciais que a Comissão da Reitoria está preparando (apesar da presença de um membro

dessa Comissão). Mesmo assim ele serviu para possibilitar a manifestação dos representantes da região que, na quase totalidade de suas falas, entendem que a chegada da USP na Zona Leste é uma conquista dos movimentos que lutam pela expansão da educação superior na região. Manifestaram, contudo, preocupação quanto à possibilidade de estudo, acesso e permanência, da população atualmente majoritariamente excluída da universidade, pobres e negros.

Há grande preocupação com o tipo de cursos que estão sendo propostos e

que não seriam aqueles que a população da Zona Leste estaria reivindicando. O representante da Comissão da USP, professor Sylvio Sawaya, compareceu apenas ao final da segunda mesa, devido a compromissos urgentes, e não contribuiu para o esclarecimento deste tipo de dúvidas, já que se sentiu mais à vontade para justificar a escolha do local e o projeto das instalações. Várias falas propuseram a modificação do artigo do Estatuto da USP que impede a duplicação de cursos já oferecidos na USP da Zona Oeste.

A arrecadação vai bem, obrigado, já os salários...

É hora de mobilização! Há dinheiro em caixa e os reitores desconversam

A planilha do Cruesp para este mês de abril acusa que o comprometimento das três universidades com folha de pagamento foi de 80,43%. O percentual específico da USP foi de 77,61%. Como pode ser visto na tabela, estes valores são significativamente inferiores à média observada entre os anos de 1995 e 2000.

Desde o final do ano passado ficou clara a disponibilidade de recursos nas universidades, suficiente para evitar a enorme corrosão inflacionária que nossos salários vêm sofrendo. Mas o Cruesp tem adotado a mesma tática dos governos que fazem caixa para outras despesas a partir da degradação do poder aquisitivo dos seus assalariados. O gráfico publicado nesta página mostra isso muito bem.

Enquanto nossos salários despencaram vertiginosamente nos últimos meses, a arrecadação de ICMS e, conseqüentemente, os recursos repassados para as universidades ficaram com um valor real médio 10% acima daquele de maio de 1995.

Nossa reivindicação é recuperar o valor real do salário que tínhamos em maio/2001, quando já havíamos recebido todas as conquistas da greve de 2000 (pelo ICV-Dieese). Considerando-se o crescimento linear progressivo que vinha observando-se para a inflação até o mês passado, isso significaria um reajuste de 25% (23% de inflação entre abril/02 e abril/03 + 1,56% de resíduo do ano passado).

Considerando-se agora a

inflação apurada para março e supondo-se que em abril repetir-se-á a média inflacionária dos últimos 12 meses, este reajuste seria de 21% (19% de inflação entre abril/02 e abril/03 + 1,56% de resíduo inflacionário). O índice definitivo, porém, será conhecido a partir da apuração da inflação de abril.

Comprometimento

As projeções para o comprometimento com a folha de pagamento em 2003, mostradas na tabela aqui publicada, indicam que tanto o reajuste de 25%, quanto o de 21% possibilitariam que este valor ficasse abaixo da média de comprometimento observada entre 1995 e 2000. O mesmo ocorreria se o reajuste fosse de 21% e houvesse reajustes trimestrais pelo índice de inflação projetado.

Como temos destacado regularmente, essa é uma dinâmica esperada, uma vez que a arrecadação fiscal e, portanto, os repasses para as universidades, tendem a incorporar o crescimento econômico bem como a inflação, desde que não haja maior conveniência governamental com a evasão fiscal.

Sob este ponto de vista, são bastante frágeis os argumentos de imprevisibilidade da evolução da arrecadação, dos quais as

Tabela-I Comprometimento com folha de pagamento

	Reajuste (maio/03)	Total*	USP
Planilha Cruesp Abril/2003	-	80,43%	77,61%
Média 1995 - 2000	-	87,15%	85,40%
Projeções 2003**	21%	84,60%	81,50%
	25%	86,70%	83,40%
21% + reajuste trimestral	21%	86,80%	83,60%

(*) para as três Universidades Estaduais Paulistas.

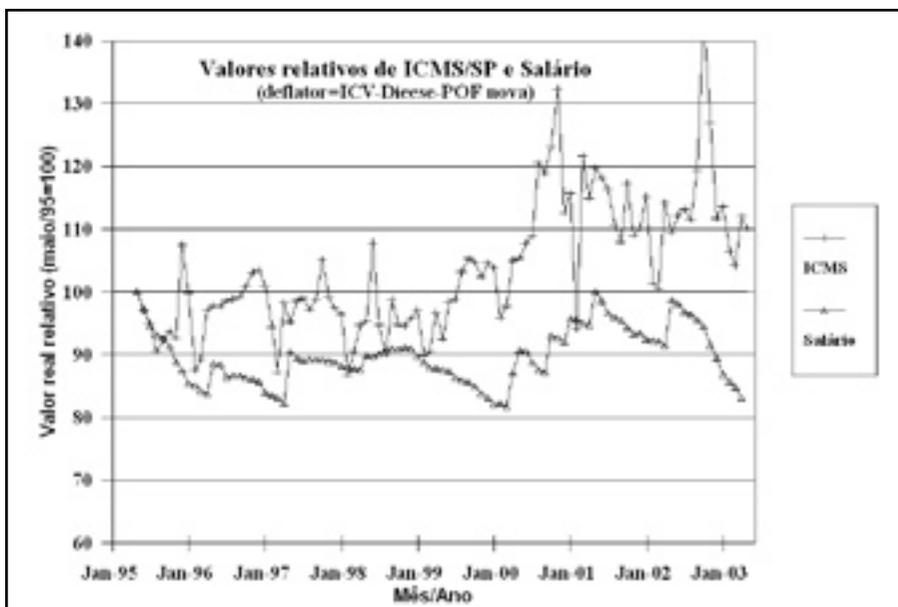
(**) inflação de 2003 estimada em 19% (assumindo-se para os próximos meses a inflação média dos últimos 12 meses).

reitorias regularmente lançam mão para deixar nossos salários ao sabor da corrosão inflacionária. O resultado que a história nos mostra é que enquanto acumulamos perdas, os recursos que terminam sobrando tomam outro destino.

Nestas circunstâncias é inaceitável que o Cruesp, depois de adiar reunião de negociação que havia agendado para o dia 20/3, esteja propondo sentar-se com o Fórum das Seis apenas no dia 16/5, às vésperas do fechamento da folha de pagamento do mês de maio. O Fórum contrapropôs que tanto uma primeira reunião com a comissão técnica

quanto a reunião com os reitores devam ocorrer antes de 30/4, para que haja espaço para uma efetiva negociação.

Colegas! Estamos em um momento privilegiado para cobrar dos reitores respeito à preservação de nossas condições salariais. Nesse sentido foi importante o belo ato de lançamento da campanha salarial que realizamos no dia 10/4. Mas é fundamental que intensifiquemos agora a discussão nas unidades, planejando e organizando ações que demonstrem aos reitores a firme disposição de defesa de nossas condições de vida e trabalho.



Eleições para diretoria da Adusp e CR em 28 e 29/5: p. 6

O Andes e o Fórum em Defesa da Escola Pública

Representantes de oito Estados (SP, RJ, RS, MG, PA, RN, ES, SC) e diferentes entidades do movimento docente estiveram presentes nos dias 3 e 4/4/2003, em Brasília-DF, discutindo temas preparatórios para a Plenária do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, ocorrida em seguida.

Os principais temas discutidos foram: 1) Organização da Educação Nacional, 2) Gestão Democrática e 3) posicionamento a respeito do Exame Nacional de Cursos (Provão) e do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). No tema 1 privilegiou-se a discussão sobre o Fórum Nacional de Educação (FNE) e o Conselho Nacional de Educação (CNE). Na discussão do tema 2 a ênfase foi a eleição de dirigentes. No tema 3 enfocou-se a rejeição dos exames nacionais (Provão e Enem) como forma de avaliação do ensino.

Procurou-se avançar na construção de um Sistema Nacional de Educação, cujo principal objetivo é promover uma educação de boa qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino no país, tarefa esta que exige uma ampla articulação entre os vários sistemas de ensino (federal, estaduais e municipais), hoje fragmentados. Nesse sentido, na discussão sobre o FNE e sobre uma nova proposta de CNE ganham significado as redefinições acerca do caráter, da estrutura, das atribuições e da composição desses órgãos.

O FNE é pensado como uma instância máxima de definição de diretrizes para a educação nacional a longo prazo, ou seja, como uma instância de planejamento político-estratégico para orientar a educação no país. O CNE é concebido enquanto um colegiado democrá-

tico, consultivo, normativo e deliberativo, de definição ordinária da educação nacional, de acordo com as diretrizes emanadas do FNE e das diretrizes, prioridades e metas do Plano Nacional de Educação, de modo a atender nossas demandas educacionais. Segundo o Grupo de Trabalho de Políticas da Educação (GTPE) do Andes-SN, tanto o FNE como o CNE devem ser representativos da sociedade.

Ao discutir o tema "Gestão Democrática" privilegiou-se a escolha de dirigentes, prevalecendo a defesa de eleições diretas, no mínimo paritárias, cujo processo deve se esgotar no âmbito da própria instituição.

No que diz respeito ao tema "Avaliação", a discussão restringiu-se a um posicionamento sobre os exames nacionais (Provão e Enem) e deliberou-se por apresentar a moção de repúdio contra o Provão aprovada no 22º Congresso do Andes-SN para ser encampada pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (Fondep).

Plenária

Cerca de 70 pessoas, representando entidades sindicais, acadêmicas, estudantes, movimentos sociais e Fóruns Estaduais em Defesa da Escola Pública, estiveram reunidas nos dias 5 e 6/4/03, na Faculdade de Educação da UnB, discutindo e aprimorando as idéias e as formas de luta para a implementação das "Propostas Emergenciais para Mudanças na Educação Brasileira", documento elaborado no seminário de trabalho "Reafirmando propostas para a educação brasileira", realizado pelo Fondep, em Brasília-DF, de 18 a 21/2/2003, e entregue ao Ministro da Educação em audiência específica.

A sistemática de discussão desenvolveu-se por meio de Grupos de Tra-

balho (GT) e Plenária. Os GT, distribuídos segundo a mesma lógica de estruturação do Plano Nacional de Educação - Proposta da Sociedade Brasileira (PNE da sociedade), discutiram: 1) Organização da Educação Nacional; 2) Gestão Democrática; 3) Financiamento; 4) Trabalhadores(as) em Educação. Também nessas atividades adotou-se a mesma sistemática utilizada na reunião do GTPE do Andes-SN, ou seja, privilegiou-se a discussão de algumas questões. Quanto ao tema 1, a discussão do FNE e do CNE; quanto ao tema 2, a escolha de dirigentes; quanto ao tema 3, a luta pela derrubada dos vetos de FHC à Lei n.º 10.172/2001 (PNE), a necessidade de definir um piso salarial nacional profissional e a urgência de implementar auditorias sobre a utilização de recursos do Fundef e do FAT; no tema 4 enfatizou-se a formação dos(as) trabalhadores(as) em educação.

Tanto no GT sobre o tema 1, quanto na plenária sobre a Organização da Educação Nacional os debates sobre o FNE e o CNE foram muito ricos, mas devido à complexidade de se tratar concepções acerca do caráter, da estrutura, das atribuições e da composição dessas instâncias, avançou-se, embora sem "fechar" o assunto, em algumas importantes definições, partindo inicialmente das idéias contidas no Projeto de LDB aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados em 28/6/1990. Essa discussão será encaminhada às entidades de base, para posicionamento e definição na próxima reunião do Fondep, em maio próximo.

A discussão da Gestão Democrática, no GT e na plenária, definiu que a escolha de dirigentes deve se dar por

eleições diretas, com participação, no mínimo paritária, dos segmentos envolvidos e que o processo eleitoral seja concluído no âmbito da própria instituição.

Financiamento

A discussão do Financiamento da Educação, no GT e na plenária, ratificou os conteúdos do documento "Propostas Emergenciais para Mudanças na Educação Brasileira", enfatizando a luta por mais verbas para a educação pública, em todos os níveis e modalidades, de acordo com o PNE da sociedade. Reafirmou-se, em especial, a necessidade de um piso salarial nacional profissional para a Educação Básica, cuja definição foi postergada para a próxima plenária do Fondep, quando a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) trará uma proposta mais elaborada.

Deliberou-se sobre a continuidade do combate aos vetos de FHC ao PNE e sobre a constituição de auditorias das contas do Fundef e do FAT. Decidiu-se pela retomada da discussão ainda polêmica acerca da adequação, ou não, de políticas de fundos para o setor educacional.

A discussão do tema Trabalhadores(as) em Educação, no GT e na plenária, enfatizou a crítica à política de aligeiramento da formação, inicial e continuada, desses profissionais implementada pelo governo FHC.

Por fim, a plenária ratificou a indicação de não participação dos componentes do Fondep no Fórum Brasil de Educação, iniciativa do atual CNE, cujas atribuições e composição são questionadas. Além disso, foi aprovada uma moção de repúdio ao Provão, nos moldes em que vem sendo realizado, encaminhada ao Seminário promovido pelo INEP/MEC.

Edital de convocação para eleição da Diretoria e CR

Nos termos do Regimento Geral e das Normas das Eleições, ficam convocados os sócios da Adusp-S.Sind. para a eleição de diretoria e Conselho de Representantes, a ser realizada nas dependências da USP, nos dias 28 e 29 de maio de 2003, das 9h às 21h*. As inscrições das chapas para diretoria e conselho deverão ser efetuadas na sede da Adusp, sita à Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, nº 374 - Prédio Antigo da Reitoria. O prazo para inscrição de chapas para diretoria se encerra no dia 16 de maio de 2003, às 18h, e para inscrição ao Conselho de Representantes se encerra no dia 26 de maio de 2003, às 18h.

São Paulo, 16 de abril de 2003
Prof. Ciro T. Correia
Presidente da Adusp-S.Sind

Unidades que deverão eleger representantes para o período de 2003/2005:

Centro de Energia Nuclear na Agricultura - CENA
Escola de Comunicações e Artes
Escola de Educação Física e Esportes
Escola de Enfermagem
Escola de Engenharia de São Carlos
Escola Politécnica
Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
Faculdade de Ciências Farmacêuticas
Faculdade de Direito
Faculdade de Economia e Administração
Faculdade de Educação
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rib. Preto
Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia
Faculdade de Odontologia
Faculdade de Odontologia de Bauru
Faculdade de Saúde Pública
Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos
Hospital Universitário
Instituto Astronômico e Geofísico
Instituto de Biociências
Instituto de Ciências Matemáticas de São Carlos
Instituto de Eletrotécnica e Energia
Instituto de Estudos Avançados
Instituto de Estudos Brasileiros
Instituto de Física
Instituto de Física de São Carlos
Instituto de Psicologia
Instituto de Química
Instituto de Química de São Carlos
Instituto Oceanográfico
Museu de Arqueologia e Etnologia
Museu de Arte Contemporânea
Museu de Zoologia
Museu Paulista

Unidades que deverão eleger SUPLENTEs para o período de 2002/2004, uma vez que os titulares foram eleitos para esse período:

Faculdade de Medicina
Instituto de Matemática e Estatística

* O horário poderá variar de unidade a unidade.

Importante:

O prazo de filiação para concorrer à eleição da Diretoria é 28 de abril de 2003.

GT debateu em 16/4 condições para criação de fundações

“Condições em que nova fundação pode ser criada e condições em que os contratos podem ser feitos com interveniência de fundações que não a FUSP” foi o tema discutido pelo GT Fundações em 16/4.

O professor Paulo Donate, da FFCLRP, representou as unidades com perfil de RDI-DP. Ele acredita que a morosidade da USP leva à criação das fundações, porém não as considera um problema, “pois são entidades privadas juridicamente independentes da USP”.

As unidades com fundações foram representadas pelo professor Moacyr Lobo, da EERP, para quem as fundações são necessárias, pois “quanto maior for a competência da Universidade e de suas Unidades, maior será a probabilidade de carências de recursos”.

Pela Adusp, falou o professor Marco Brinati, que reforçou a posição contrária à criação de qualquer nova fundação por via institucional e à realização de convênio com qualquer fundação que tenha na diretoria ou conselho curador docentes em RDIDP e/ou membros da administração da USP.

Transição

Porém, acrescentou o professor Brinati, enquanto a legislação da administração pública não for aperfeiçoada, deve haver um regime de transição.

Em tal regime, eventuais contratos que não pudessem ser firmados com a própria USP “deveriam ter a interveniência de uma fundação de caráter estritamente operacional, a Fusp, de preferência convertida em fundação de direito público”, sugeriu.

Por fim, o professor Juarez Rizzieri, da Fipe, falando em nome das fundações, defendeu que estas “devem ser de

direito privado, obedientes e respeitando os regulamentos internos da USP”.

Rizzieri acredita ser responsabilidade das fundações discernir e julgar sobre a natureza ética e o conteúdo técnico de cada contrato proposto.

Propostas

Houve ainda a apresentação — pelos professores Paulo Masiero, do ICMC de São Carlos, e Elizabeth Ferreira, da FCF — de duas propostas para regulamentar o relacionamento com as entidades externas à USP.

A proposta do professor Masiero prevê a criação de uma Comissão Gestora das Relações Externas, que seria responsável, entre outras atribuições, por regular o relacionamento da USP com as entidades conveniadas e submeter as resoluções ao Reitor e ao CO.

O professor Ciro Correia, presidente da Adusp, considera boa a proposta, mas adverte sobre a importância de discuti-la melhor. Ele alerta para a composição proposta para a comissão (seis docentes e um discente), que deveria contemplar os funcionários.

“Para que essa proposta ganhe consistência, é preciso que o GT estabeleça, seguindo os princípios apresentados pelo professor Gabriel Cohn na reunião de 12/3, alguns encaminhamentos de como deveriam ou poderiam ser as entidades com as quais a USP venha a se relacionar futuramente”, completou.

O professor Cohn defendeu no GT o entendimento de que devem prevalecer na USP os princípios da instituição pública (e não privada); de que os resultados de pesquisas nela realizadas são bens públicos (e não mercadorias); e de que seu padrão é a excelência (e não a rentabilidade).